

Atilio A. Boron\*

## A QUESTÃO DO IMPERIALISMO\*\*

\*\* Secretário Executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

\* Tradução de Simone Rezende da Silva

Neste artigo, propomo-nos a examinar algumas questões relativas à teorização contemporânea sobre o imperialismo, tema que, afortunadamente, tem recobrado nos últimos anos uma centralidade que nunca deveria ter perdido. Um dos grandes paradoxos da história recente da América Latina havia sido a desaparecimento de uma discussão séria sobre o imperialismo e sobre a dependência precisamente em momentos em que as condições objetivas do capitalismo latino-americano exibiam um agravamento sem precedentes da dependência externa, a impressionante erosão da soberania nacional dos estados e uma submissão sem precedentes aos ditames do imperialismo. Que tal situação não era privativa da América Latina o testifica a observação do marxista indiano Prabhat Patnaik que, em seu breve ensaio na *Monthly Review* no começo da década de noventa, comprovava, com assombro, que os termos “imperialismo” ou “imperialista” haviam praticamente desaparecido da imprensa, da literatura e dos discursos de socialistas e comunistas (Patnaik, 1990: 1-6).

Não obstante, tratava-se mais de um eclipse que de uma desaparecimento porque, como se dizia acima, a situação começou a mudar. Depois de uma prolongada ausência intelectual e política que se estendeu ao longo de quase trinta anos, a problemática do imperialismo que havia suscitado alguns dos mais importantes debates teóricos e práticos das sociedades latino-americanas na década de sessenta reapareceu com força na esfera pública em sintonia com o acelerado debilitamento da hegemonia ideológica e política do neoliberalismo. Convém sublinhar o fato de que tal irrupção não tem lugar somente nas discussões das forças políticas ou dos grupos intelectuais. Aparece, também, na linguagem comum e corrente utilizada pelos meios de comunicação de massas, produzindo um certo deslocamento –não total mas importante– do eufemismo que até esse momento se havia empregado para aludir ao fenômeno do imperialismo sem ter que nomeá-lo: globalização.

## Por que se produziu o retorno do reprimido?

Não deixa de ser sintomático da situação da cultura latino-americana que esta reaparição temática tenha sido “autorizada”, para usar um termo que pode soar gratuitamente provocativo, porém mais ajustado às circunstâncias, pelo ressurgimento da discussão em torno ao imperialismo não apenas na periferia do sistema capitalista, mas também em seu próprio núcleo fundamental: Estados Unidos. De fato, não é um mistério para ninguém que, se o tema foi reinstalado nos meios acadêmicos e no espaço público da América Latina, isso foi em grande medida possível porque primeiro “entrou na moda” nos Estados Unidos. A ninguém escapa que a dinâmica social desencadeada nesse país como consequência das políticas neoliberais (que adquiriram ressonância universal com as grandes mobilizações de Seattle) e as crescentes tensões e contradições que a dominação imperialista desencadeou no cenário internacional –no qual o arrasamento do Afeganistão e a invasão e posterior ocupação militar do Iraque sobressaem por sua crueldade e dramatismo- jogaram um papel decisivo na abertura de um debate que, não por casualidade, não pudera ser aberto pelas longas e heróicas lutas da resistência antiimperialista da periferia. Com o colapso da ordem mundial do pós-guerra e o indissimulado unipolarismo que começa a prevalecer desde os anos de Bill Clinton, e que alcançaria inéditas proporções durante a presidência de George Bush Jr., a discussão em torno à natureza imperialista dos Estados Unidos e do sistema internacional modelado à sua imagem e semelhança converte-se em um tema imprescindível. Claro que, tal como acontecera quando os colonialistas da Inglaterra vitoriana falavam da “pesada carga do homem branco” ao ter de levar sua “civilização” aos confins da África negra (e, de passagem, ocultar a bárbara pilhagem a que submeteram os povos originários), os modernos teóricos do imperialismo concebem as políticas do governo de George W. Bush como verdadeiras cruzadas contra os numerosos inimigos do bem disseminados por todo o planeta.

Para os ideólogos do império, sempre preocupados em ocultar sua essência exploradora e predatória, a nova realidade que se configura com a desapareção da União Soviética desata uma ampla discussão sobre a natureza da nova ordem imperial cuja existência e violentas características já não podem seguir ocultando-se sob o manto do enfrentamento entre “mundo livre” e “totalitarismo comunista” próprio dos anos da Guerra Fria<sup>90</sup>. Nesta inédita conjuntura, o imperialismo assoma com um novo rosto, envelhecido e

---

<sup>90</sup> Sobre este tema, ver o capítulo de Perry Anderson neste mesmo livro.

rejuvenescido: se antes a expressão era considerada como ofensiva, os novos desenvolvimentos históricos teriam de resignificá-la, dotando-a de uma carga fortemente positiva. A transição norte-americana da república ao império, tão temida pelos críticos liberais e esquerdistas dos anos sessenta e setenta do século passado, se consumou em meio aos hinos triunfais entoados por uma legião de neoconservadores, na qual os fundamentalismos cristãos e judaicos marcharam lado a lado com os grandes monopólios do complexo militar e industrial e os falções de Washington<sup>91</sup>. Se antes os intelectuais orgânicos do sistema insistiam em exaltar os valores republicanos e democráticos, agora assumem claramente, e sem remorso algum, sua condição de imperialistas e asseguram: “Se somos um império, qual o problema? Que há de mau nisso?” O império deixa de ser uma condição censurável a partir de raciocínios éticos e políticos para transformar-se em uma obrigação humanitária. Somos uma nação “indispensável” e “insubstituível” –como diria mais de uma vez Madeleine Albright, a Secretária de Estado do “progressista” governo de Bill Clinton–, um tipo de império benévolo que nem oprime nem explora, mas sim corta os sete mares para libertar os povos das correntes do atraso e da opressão e para semear o livre comércio e a democracia.

Autores tais como Samuel P. Huntington, Zbigniew Brzezinski, Charles Krauthammer, Thomas Friedman, Robert Kagan, Norman Podhoretz e Michael Ignatieff, entre tantos outros, foram pródigos no momento de lançar, já sem desnecessários eufemismos, o argumento imperialista de modo completamente descarado. De acordo com o mesmo, os Estados Unidos aparecem como um benévolo império cuja função messiânica e redentora o impulsiona a deflagrar “guerras humanitárias” para derrotar os malvados, levar a chama da democracia aos mais apartados rincões do mundo e a consagrar a liberdade de comércio como a condição indispensável para a conquista e o desfrute de todas as liberdades e para o fortalecimento da democracia.

Por outra parte, para os críticos do império a situação não estava isenta de sérios desafios: com a constituição de uma única superpotência imperial, deviam enfrentar uma situação inédita, muito distinta à do passado, quando as rivalidades entre várias potências imperialistas ofereciam um quadro bem diferente, que requeria uma cuidadosa revisão e atualização de algumas das teses centrais da teoria marxista do imperialismo. A aberta reafirmação e defesa da vocação imperialista dos Estados Unidos tiveram, se o anterior não

---

<sup>91</sup> Cf. Wallerstein (2005).

fosse pouco, um enorme impacto ideológico sobre a esquerda política e intelectual. Tudo isso explica, ao menos em parte, o abandono em que caiu, por um período de uns vinte anos, o emprego da palavra imperialismo. Se a literatura das últimas duas décadas do século passado for revisitada, comprovar-se-á que, praticamente, a palavra desaparece por completo e aqueles que tinham a ousadia de levantá-la eram rapidamente silenciados. Dizia-se que a globalização havia acabado com tudo aquilo e que o imperialismo era um fenômeno do passado.

Portanto, não foi casual que tenha sido precisamente no centro do império que veio à luz pública uma obra publicada na alvorada do novo milênio e que, da noite para o dia, fosse aclamada como a nova síntese teórica que condensava em suas páginas toda a riqueza e complexidade da nova realidade. Essa obra é, naturalmente, *Império*, o livro de Michael Hardt e Antonio Negri, oportunamente publicado no ano 2000 (Hardt & Negri, 2000). A partir da publicação dessa obra, a discussão sobre o tema instala-se em um lugar privilegiado não somente nos fechados âmbitos da academia, mas também, inclusive, na própria esfera pública, penetrando nas outrora inóspitas regiões controladas pelos grandes meios de comunicação de massas que abriram com júbilo seus bem guardados portais para dois intelectuais de esquerda que, por trás de uma linguagem obscura e por momentos esotéricos, sustentavam uma tese que soava como música celestial para as classes dominantes do império e seus falcões de Washington: o surgimento do império –agora escrito assim, com maiúsculas– apontava o fim do imperialismo<sup>92</sup>. De fato: Hardt e Negri constroem um silogismo em que, ao conceber o imperialismo como um reflexo direto do nacionalismo, concluem que com a inelutável desaparecimento do estado-nação chega também a seu fim o ciclo imperialista. Verifica-se, devido ao anterior, o trânsito para uma nova lógica global de domínio, o Império, uma estrutura desterritorializada, etérea e descentrada paradoxalmente trazida ao mundo pela dinâmica incessante de sua própria negação, a multidão.

Porém, também havia outros fermentos de mudança que permitem uma compreensão mais acabada do ressurgimento da discussão sobre o imperialismo. No passado as grandes lutas desencadeadas na periferia do sistema –causadoras, por exemplo, da derrota dos Estados Unidos no Vietnã, o simultâneo triunfo da revolução iraniana e o sandinismo na Nicarágua, a queda de regimes marionetes dos Estados Unidos na Indonésia e Filipinas, entre

---

<sup>92</sup> São numerosas as críticas suscitadas pelas teses de Hardt e Negri. É sintomático que, ante elas, a resposta de ambos tenha sido o insulto e a desqualificação, jamais o exame crítico do argumento de seus opositores.

outros– não haviam conseguido perfurar a couraça com a qual a ideologia dominante protegia a agenda pública e a consciência social universal da irrupção de elementos subversivos. Entretanto, esta situação começa a reverter-se na década de noventa e no começo do novo século graças a uma série de acontecimentos a que um pensador como Hegel –se tivesse podido neutralizar o eurocentrismo de sua teoria– não teria duvidado em destinar uma significação “histórico-universal”: a irrupção do zapatismo em 1994, a grande manifestação de Seattle em 1999 e a organização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001.

Em outras palavras, embora a discussão sobre o imperialismo adquira a força de uma torrente que sacode toda a cena internacional a partir de começo de século, certo é que seu impacto foi potencializado pela presença, principalmente na América Latina –mais que em outras regiões do Terceiro Mundo– de fortes movimentos contestatórios que começaram a perturbar a hegemonia política e ideológica do neoliberalismo e a introduzir na agenda pública temas e propostas até então excluídas ou consideradas simplesmente aberrações intelectuais ou barbaridades ideológicas dos nostálgicos do socialismo já morto e, portanto, indignas de serem consideradas nos círculos “sérios e responsáveis” que manejam a opinião pública mundial. As sucessivas conferências “pela humanidade e contra o neoliberalismo” convocadas pelos zapatistas na Selva Lacandona e a realização dos fóruns sociais mundiais de Porto Alegre, animados pelo mesmo espírito, ratificaram no plano da política tanto como nas ruas a urgente necessidade prática de examinar cuidadosamente o caráter do imperialismo em sua fase atual, suas fortalezas e debilidades e as perspectivas emancipatórias de nossos povos. É de estrita justiça, no entanto, mostrar que foram muitas as vozes que na América Latina nunca se detiveram em seu empenho em denunciar o caráter explorador, opressivo e predatório do sistema internacional e o papel nefasto –e indefectível– que em sua sustentação jogam os Estados Unidos. No entanto, eram expressões isoladas e que persistiam com valentia, mas nadando contra a corrente do asfixiante consenso social predominante. É devido a isso que a precisão de suas análises, a agudeza de suas críticas e a sensatez de suas propostas não conseguiram captar o imaginário de seu tempo. Mas quando o tema se instalou no mundo desenvolvido, então sim, o mesmo estava autorizado pelo império e podia ser abordado não somente nos pequenos cenáculos da esquerda intelectual e política, mas também no discurso público e nos grandes meios de comunicação de massas. Por isso, tem razão Roberto Fernández Retamar quando observa em *Todo Caliban* esse deslumbrante

retrato da cultura latino-americana que “o colonialismo calou tão fundamente em nós, que somente lemos com verdadeiro respeito os autores anticolonialistas *difundidos a partir das metrópoles*” (Fernández Retamar, 2004: 39-40).

### Limites da teorização clássica

As bases da confusão aludida anteriormente revelam não somente a importância e o papel distorcionante da hegemonia ideológica da direita sobre o pensamento da esquerda, mas também dizem respeito às insuficiências da teorização tradicional do imperialismo frente às significativas transformações experimentadas pelo modo de produção capitalista ao longo do século vinte, especialmente a partir da finalização da Segunda Guerra Mundial, as quais vinham pôr em questão algumas das premissas centrais das teorias clássicas do imperialismo formuladas nas duas primeiras décadas do século vinte por Hobson, Hilferding, Lênin, Bujarin e Rosa Luxemburgo, para mencionar apenas suas principais figuras<sup>93</sup>. Mostraremos, para não nos estendermos demasiadamente neste assunto, três desafios principais.

O primeiro, questiona uma premissa decisiva das teorias clássicas: a estreita associação existente entre imperialismo e crise do capitalismo metropolitano. Nesta formulação, a expansão imperialista era a solução dos irresolúveis conflitos internos que originavam a crise capitalista nas metrópoles. As depressões, a fome e o desemprego encontravam sua causa de resolução mediante a exportação de capitais e excedentes demográficos para regiões atrasadas. O período que se inicia no final da década de quarenta, entretanto, põe seriamente em crise a dita premissa: trata-se dos “trinta anos gloriosos” do pós-guerra, a época de maior crescimento jamais experimentado pelas economias capitalistas em seu conjunto. São os anos do capitalismo keynesiano, da instauração do “estado de bem estar” e da maior expansão desse modo de produção em toda história. Nunca antes o capitalismo havia crescido simultaneamente em tantos países, por tanto tempo e a taxas tão elevadas. Contudo, nesse contexto tão dinâmico produz-se a agressiva expansão do imperialismo norte-americano por toda a face da terra. A clássica conexão entre crise capitalista e expansão imperialista ficava, desse modo, quebrada; não somente na crise, mas também na prosperidade o capitalismo embarca-se em uma desenfreada expansão imperial, desatando a

---

<sup>93</sup> Transformações que, no entanto, detiveram-se às portas do que constitui a essência do sistema: a subsunção formal e real dos trabalhadores ao despotismo do capital. É fundamental não se esquecer disso.

perplexidade daqueles que ainda agarravam-se às formulações das teorias clássicas do imperialismo<sup>94</sup>.

O segundo desafio à teorização clássica brotada da constatação de que a rivalidade econômica entre as grandes potências metropolitanas já não se traduzia em conflitos armados como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. O que agora ocorria era uma concorrência econômica, por vezes de extrema ferocidade, mas que nos últimos cinquenta anos jamais se traduziu em um enfrentamento armado entre as mesmas. Processos de integração econômica supranacional e enfrentamento entre blocos comerciais foram marcando os principais momentos da segunda metade do século vinte. A virulência do conflito e a radicalidade dos interesses contrapostos produziu longas paralisias nos organismos que monitoravam e regulavam o funcionamento global do capitalismo, como o GATT (que seria de ser convertido na Organização Mundial do Comércio), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, para falar apenas dos mais importantes. Os reiterados fracassos de suas sucessivas “rodadas” de acordos e a tenaz persistência do protecionismo e de princípios mercantilistas, apenas dissimulados sob uma oca retórica “livre mercadista”, encontram-se na base desta frustração. Em todo caso, o que marca a diferença entre o cenário dos tempos da primeira Guerra Mundial (sobretudo) e o acontecido nos últimos anos é que estes enfrentamentos econômicos não desembocaram em um conflito armado. A reconfiguração da estrutura do sistema imperialista e o papel predominante que nele desempenha os Estados Unidos, diferente do “concerto de nações” que se encontrava na cúpula desse sistema no começo do século vinte, explica em grande parte a ausência de um desenlace militar. Já nos tempos da primeira Guerra Mundial, Kautsky havia insistido sobre este ponto com sua famosa teorização sobre o “ultra-imperialismo”, uma tese sumamente sugestiva –na medida em que aludia a esta possibilidade de uma colusão entre os grandes monopólios–, mas não isenta de sérios problemas interpretativos derivados da subestimação da intensidade e a radicalidade do conflito que opunha as potências imperialistas. Porém, em todo caso, à luz dos desenvolvimentos do segundo pós-guerra, o assunto ficava exposto e requeria uma urgente revisão.

Por último, o terceiro desafio que contribuiu para pôr em crise as teorizações clássicas do imperialismo foi, nesta fase de acelerada mundialização da acumulação capitalista, a expansão sem precedentes do capitalismo ao longo do planeta. Embora tenha sido desde o

---

<sup>94</sup> Cf. Leo Panitch e Sam Gindin (2005b: 30-31).

início um regime social de produção caracterizado por suas tendências expansivas, tanto na geografia física como na social, a aceleração deste processo a partir da queda do Muro de Berlin e da implosão da ex-União Soviética foi vertiginosa. A partilha do mundo, fundamento das intermináveis guerras de anexação colonial ou neocolonial, tinha um suposto na atualidade insustentável: a existência de vastas regiões periféricas, também chamadas de “atrasadas” ou “agrárias” na literatura da época, introduzidas na torrente da acumulação capitalista por potências imperialistas rivais mediante a pilhagem colonial. Mas esse processo completa-se na segunda metade do século vinte quando toda a superfície do globo terrestre ficou submetida às influências das relações capitalistas de produção, as quais, no entanto, não detiveram a expansão imperialista do sistema. Costuma-se dizer que a implosão da União Soviética, o desmembramento do campo socialista e as transformações que estão ocorrendo na China abriram novos horizontes territoriais à expansão do capital, o que é certo, embora parcialmente. É preciso acrescentar, como bem expõe François Houtart, que as novas fronteiras cuja conquista o capital agora empreende são econômicas. Esgotados os espaços de expansão territorial o imperialismo volta-se sobre a sociedade e desata um selvagem processo de mercantilização universal: tal é o caso dos serviços públicos e da agricultura, entre outros<sup>95</sup> 6. Na fase atual, a partilha territorial foi monopolizada pelos Estados Unidos (com a ocupação do Iraque, Afeganistão, seu crescente controle sobre o espaço da Ásia Central e suas indissimuladas ambições de controlar a Amazônia), mas, ainda assim, conserva toda sua importância na corrida para apoderar-se de preciosos recursos naturais, como petróleo e água. Não obstante, como não existem, até o momento, potências rivais que se oponham aos desígnios estadunidenses, esta política de anexação e/ou controle territorial não desencadeia novas guerras inter-imperialistas, mas sim a férrea resistência, em alguns casos, dos povos ameaçados. As fronteiras imateriais, ao contrário, são cenários nos quais se travam batalhas sem quartel na corrida para apropriar-se das empresas públicas dos países da periferia mediante privatizações; e converter antigos direitos em rentáveis mercadorias. As privatizações e desregularizações dos serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social, para citar apenas os mais importantes, abrem um enorme espaço imaterial que substitui, ainda que somente em parte, a disputa territorial e insufla novos ares ao imperialismo. Como bem mostra Ellen Meiksins Wood, as teorias clássicas do imperialismo “assumem, por definição, a existência de um ambiente ‘não capitalista’”

---

<sup>95</sup> Ver François Houtart (2005).

(Meiksins Wood, 2003: 127). Esse ambiente pré-capitalista agora não existe, pois o capitalismo comanda o processo econômico em escala global e na quase absoluta totalidade dos países do globo. E onde não o faz, como em Cuba, seus influxos ainda assim se fazem sentir com força. Contradizendo as premissas das teorizações clássicas, o imperialismo redobra sua marcha pese a que sua legalidade cubra a total superfície do globo terrestre.

Entende-se, a partir da consideração dos três desafios acima mencionados, que todas estas transformações tenham posto em questão os pressupostos da teoria clássica do imperialismo e colocado sobre o tapete a necessidade de desenvolver novas elaborações teóricas aptas para dar conta destas novas realidades.

## Novidades

A teorização clássica entrou em crise não somente pela obsolescência de três de suas premissas mais distintivas. Houve também outras causas, entre as quais vale mencionar a aparição de certas novidades produzidas no funcionamento do capitalismo contemporâneo que exigem uma urgente tarefa de atualização.

Entre os mais decisivos encontra-se, em primeiro lugar, o fenômeno da financiarização da economia mundial, ou seja, a fenomenal hipertrofia do sistema financeiro internacional e que chega a extremos extraordinários. O volume atual da circulação do capital financeiro internacional, especulativo em mais de 90%, situa-se nos 3 trilhões de dólares diários, uma cifra superior à que lança o comércio de bens e serviços no comércio mundial em um ano. Cabe acrescentar que tudo isto coloca uma série de problemas por sua vez teóricos e práticos de enorme importância, cujo tratamento é impossível nessas páginas. Basta, por ora, marcar que estamos na presença de uma mutação significativa do modo de produção capitalista, na realidade uma degeneração involutiva, para o reinado da especulação. É devido a isso que o capital financeiro assume o posto de comando do processo de acumulação em escala global, em detrimento das demais frações do capital (industrial, comercial, serviços, etc.) que devem subordinar-se a suas estratégias, prazos e preferências.

A segunda novidade está dada pelo papel dos Estados Unidos como potência integradora e organizadora do sistema imperialista. Este fenômeno, ao qual já nos referimos anteriormente, acentuou-se dramaticamente a partir da desaparecimento da União Soviética e do campo socialista e das transformações que sobrevieram com a crise da ordem bipolar do pós-

guerra. Por causa disso, o estado norte-americano adquiriu um papel central e insubstituível na estrutura imperialista mundial. Desta forma, hoje em dia o imperialismo é mais que nunca o imperialismo norte-americano, devido à capacidade manifestada para subordinar sob sua hegemonia, de maneira clara e contundente, os possíveis rivais que poderiam se interpor em seu caminho. Nem a União Européia nem o Japão podem aspirar outra coisa a não ser figurarem como simples coadjuvantes que acompanham as decisões tomadas em Washington. O velho sistema imperialista, ao contrário, tinha múltiplos rostos por ser resultado de um balanço de poder muito mais complexo no qual o poder do *primus inter pares*, desempenhado por longo tempo pelo Reino Unido, apenas sim se distinguia do resto. Nada disso ocorre agora: a crise da ordem mundial e do sistema das Nações Unidas, e a nova estratégia norte-americana da guerra preventiva põem brutalmente de manifesto que o imperialismo tem uma carta de nacionalidade muito definida. Portanto, as teses que falam de uma tríade imperial, de um sistema no qual se acomodariam com uma condição equivalente os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, não têm nenhum fundamento empírico. Tanto o Japão como a União Européia, para os propósitos de uma análise de um imperialismo contemporâneo, são –palavras de Brzezinski, não nossas– estados vassalos dos Estados Unidos submetidos por pressões econômicas, pela chantagem militar e pela hábil manipulação das ameaças do terrorismo (Brzezinski, 1998: 40). O papel único e indispensável que os Estados Unidos adquiriram relaciona-se intimamente com sua condição de única superpotência militar do planeta, cujo gasto em armamentos equivale praticamente ao do resto das nações. Os Estados Unidos dispersaram pouco mais de 750 bases e missões militares em 128 países, uma máquina de guerra sem paralelo na história da humanidade e baluarte final para a defesa do sistema imperialista mundial.

A terceira novidade relaciona-se com a existência de novos instrumentos de dominação que substituem e/ou complementam os dispositivos clássicos disponíveis no começo do século vinte. Dois deles são singularmente importantes. Em primeiro lugar, o papel do Fundo Monetário Internacional e, em geral, das instituições financeiras mal chamadas intergovernamentais, posto que sua dependência do governo dos Estados Unidos as converteram, de fato, em extensões da Casa Branca. A designação de Paul Wolfowitz à frente do Banco Mundial por parte de George W. Bush, apesar da repulsa universal que suscitava seu fundamentalismo sionista e seu fanatismo bélico, e a influência decisiva que Washington tem sobre o Fundo Monetário Internacional e a OMC, são provas mais que

eloqüentes do que vimos dizendo. Aos países da periferia, oprimidos pelo peso da dívida externa, são impostas políticas econômicas que realimentam ou reproduzem de maneira ampliada a primazia dos interesses norte-americanos sobre os demais membros do sistema internacional. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BID, no caso da América Latina, têm um papel estratégico na implementação destas políticas, pressionando ora com brutalidade, ora com luva de pelica, a favor de políticas governamentais que facilitam o controle praticamente total das economias periféricas pelo capital imperialista, sobretudo norte-americano.

O outro novo instrumento de dominação imperialista é o quase absoluto predomínio que os Estados Unidos adquiriram no crucial terreno da circulação das idéias e da produção de imagens audiovisuais. O imperialismo hoje se reforça com um imperialismo cultural, que através do enorme desenvolvimento dos meios de comunicação de massas torna possível a imposição das idéias e dos valores da sociedade norte-americana de forma tal que nenhuma das experiências imperiais anteriores pôde sequer sonhar. Cerca de três quartos das imagens audiovisuais que circulam pelo planeta são produzidas nos Estados Unidos, projetando deste modo uma imagem propagandística, e falsa até a medula, do sistema e de suas supostamente ilimitadas capacidades para satisfazer todas as aspirações materiais e espirituais da humanidade. As conseqüências políticas desta realidade são profundas e de longa vida.

Sendo importantes, essas novidades não podem ocultar a intensificação da exploração dentro do mundo colonial e neocolonial e, com características peculiares, dentro dos próprios países do capitalismo avançado nos quais a precarização trabalhista, a redução das prestações sociais e as tendências regressivas do salário fazem estragos. Se a isso somamos que a depredação ecológica do planeta chegou a níveis sem precedentes, compreender-se-ão as razões pelas quais há quem afirme que as chances de que a espécie humana possa sobreviver ao final do século vinte e um são menores que 50%. O imperialismo é expressão de um sistema inviável e insustentável; se a ideologia norte-americana da expansão do consumo chegasse a ser assumida seriamente por chineses e indianos e se esses 2,4 bilhões de pessoas conseguissem, de repente, tornar realidade o *American dream* de ter cada um seu próprio automóvel, o oxigênio do planeta acabaria em menos de 24 horas. As contradições do capitalismo são insolúveis e irreconciliáveis: essa é a grande atualidade de Marx e dos teóricos da época clássica do imperialista. Por isso, a luta contra o capitalismo e o

imperialismo é hoje, simplesmente, a luta pela sobrevivência da espécie. Nada mais e nada menos que isso.

### A diluição do imperialismo

Já havíamos mencionado um primeiro paradoxo: o eclipse da tradição discursiva antiimperialista em momentos em que a dominação imperialista acentuava-se como nunca antes. Vejamos agora outra, que poderíamos formular nos seguintes termos. Como compreender o fato de que tenha sido o próprio coração do império que tenha difundido, com fervor militante, uma nova teorização sobre o imperialismo como a proposta por Hardt e Negri? Uma comparação se faz inevitável. Quando o assunto apareceu com força no cenário mundial, nas vésperas da primeira Guerra Mundial, se fez pelas mãos de severos e intransigentes críticos do imperialismo –Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo, Bujarin, etc.– ou, como no caso de J. A. Hobson, de quem ainda a partir da perspectiva da ideologia dominante era capaz de lançar um lúcido olhar aos problemas de seu tempo e reconhecia a injustiça e os horrores do imperialismo. Por essas razões, seus escritos foram excomungados e seus autores perseguidos, condenados ou, como no caso de Rosa Luxemburgo, simplesmente assassinados. Ao longo do século vinte apareceu a obra de John Strachey, *The End of Empire*, que passou completamente despercebida fora dos estreitos círculos da academia progressista e da militância de esquerda do mundo anglófono. Como explicar, agora, o formidável êxito de uma obra como a de Hardt e Negri, difundida a partir dos grandes aparatos ideológicos do imperialismo como uma contribuição essencial à compreensão da sociedade contemporânea? Páginas e mais páginas do *New York Times*, do *Los Angeles Times*, do *Times* de Londres foram dedicadas para comentar e exaltar as virtudes de *Império*. Entre nós, os grandes jornais da América Latina não ficaram atrás, e os suplementos dominicais de cultura e economia publicaram extensas reportagens de seus autores, outorgando-lhes amplo espaço para difundir suas idéias sobre o mundo atual. Essa conduta contrasta chamativamente com a verdadeira conspiração de silêncio que rodeou a aparição de textos muito mais importantes, como, por exemplo, *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini; *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, de Agustín Cueva; *Sociología de la Explotación*, de Pablo González Casanova e, inclusive, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando H. Cardoso (em seus melhores tempos, é claro) e Enzo Faletto.

A nosso ver, o que explica a perseguição, o silenciamento e o ostracismo em um caso, e a celebridade e o elogio no outro é que a proposta de Hardt e Negri é completamente inofensiva e em nada lesa os interesses do bloco imperial dominante. Melhor ainda, sua aprovação nos círculos do *establishment* prova, com a contundência dos fatos que a interpretação que oferecem esses autores é perfeitamente funcional a seus planos de controle e dominação mundial<sup>96</sup>. A burguesia nunca comete erros tão grosseiros para favorecer a disseminação de teorias ou doutrinas contrárias à perpetuação de seu domínio. Vejamos, na continuação, algumas das mais importantes críticas que merece a peculiar interpretação do imperialismo que brota da pluma de nossos autores.

Nas análises de Hardt e Negri o imperialismo não muda, mas sim desaparece. Esse é o equívoco fundamental que preside toda sua obra, e que decreta sua irreparável invalidação. Não há dúvidas de que o imperialismo em sua fase atual –sua estrutura, sua lógica de funcionamento, suas conseqüências e suas contradições– não é possível de ser compreendido adequadamente procedendo a uma releitura talmúdica dos textos clássicos. Não porque eles estivessem equivocados, como o afirma com insistência a direita, mas sim porque o capitalismo é um sistema mutável e altamente dinâmico que, como escreveram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, “se revoluciona incessantemente a si mesmo”. Por conseguinte, mal se poderia entender o imperialismo do começo do século XXI armados apenas com o instrumental teórico e conceitual que nos dão os autores referidos mais acima. Mas o grande erro de Hardt e Negri é o de assumir não somente que se pode compreender sem eles, mas, também, apelando a uma série de autores que se situam nas antípodas de qualquer vertente conhecida do pensamento crítico. Não se trata, então, de reiterar, mas sim de reformular as velhas teses, partindo desde a revolução copernicana produzida pela obra de Marx –que, ainda hoje, nos ministra uma chave interpretativa imprescindível e insubstituível para explicar a sociedade capitalista– e reelaborando com audácia e criatividade a herança

---

<sup>96</sup> Conclusão que se reforça ainda mais ao examinar o mais recente trabalho de Antonio Negri, agora em colaboração com Giuseppe Cocco (Cocco e Negri, 2006), no qual se oferece uma visão da história recente da América Latina justificadora das atrocidades cometidas pelas políticas neoliberais na região, tudo em nome da imprescindível necessidade de obter, a qualquer preço, a liquidação do estado-nação, fonte de todos os males deste mundo segundo a visão metafísica de seus (mal informados) autores. O livro oscila entre a desqualificação de –e o insulto a– quem não compartilha da peculiar visão de seus autores e a impotência para refutar sequer um de seus argumentos. Nota-se que nem Cocco nem Negri são estudiosos sérios da realidade latino-americana. A superficialidade de seu conhecimento varia em proporção direta com a grandiloqüência de sua retórica. Há muito poucas idéias no livro, mas as originais não são boas, e as boas não são originais.

clássica dos estudos sobre o imperialismo à luz das grandes transformações que tiveram lugar na segunda metade do século XX e, muito especialmente, nos últimos vinte e cinco ou trinta anos. O imperialismo de hoje não é igual ao de ontem. Mudou, e em alguns aspectos essa mudança foi muito importante; em outros, suas velhas características –belicosidade, racismo, pilhagem, militarismo– acentuaram-se consideravelmente. O que não entendem Hardt e Negri, e com eles muitos outros que, como eles, são tributários do pensamento burguês sobre a globalização, é que além destas mudanças o imperialismo *não se transformou em seu contrário*, como nos propõe a mistificação neoliberal, dando lugar a uma economia “global” na qual todos somos “interdependentes”. Essa velha tese –que tem entre seus cultores Henry Kissinger, a Comissão Trilateral e as escolas de “administração de empresas” estadunidenses– é a de que hoje, surpreendentemente, aparece com roupagens pseudo-esquerdistas e com linguagem pós-moderna na obra que estamos analisando. O imperialismo segue existindo e oprimindo povos e nações, semeando dor, destruição e morte. Em que pese às mudanças, conserva sua identidade e estrutura, e segue desempenhando sua função histórica na lógica da acumulação mundial do capital. Suas mutações, sua volátil e perigosa mistura de persistência e inovação, requerem a construção de uma nova abordagem que nos permita captar sua natureza atual<sup>97</sup>.

Poderíamos dizer, como conseqüência, que os atributos fundamentais do imperialismo identificados pelos autores clássicos nos tempos da primeira Guerra Mundial continuam vigentes toda vez que aquele não é um traço acessório, nem uma política contingente, perseguida por alguns estados sob algumas condições muito particulares, mas sim uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo estampada, hoje com maior contundência que no passado, pela concentração do capital, o abrumador predomínio dos monopólios, o acrescido papel do capital financeiro, a exportação de capitais e a partilha do mundo em distintas “esferas de influência”. A aceleração do processo de mundialização acontecida no último quarto de século, longe de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, não fez mais que potencializar extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção dos distintos países nela. Enquanto um punhado de nações do capitalismo desenvolvido reforçou sua capacidade para controlar, ao menos parcialmente, os processos produtivos em escala mundial, a financiarização da economia internacional e a crescente circulação de mercadorias e serviços, a enorme maioria

---

<sup>97</sup> Sobre isto, ver especialmente os artigos de Leo Panitch e Sam Gindin publicados em *Socialist Register* (2004; 2005a).

dos países viu aprofundar sua dependência externa e alargar até níveis escandalosos o abismo que os separava das metrópoles. A globalização, em suma, consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalismos periféricos, cada vez mais incapazes de exercer um mínimo de controle sobre seus processos econômicos domésticos. Essa continuidade dos parâmetros fundamentais do imperialismo –se bem que não necessariamente de sua fenomenologia– é ignorada na obra de Hardt e Negri, e o nome de tal negação é o que estes autores denominaram “Império”. Um império que, como afirmam uma e outra vez, existe sem imperialismo; um império “pós-moderno e virtual” que, por uma alquimia do conceito, pode sê-lo sem ser imperialista. Curioso animal! O que tentamos demonstrar em *Império & imperialismo* é que assim como as muralhas de Jericó não se derrubaram ante o som das trombetas de Josué e dos sacerdotes do templo, a realidade do imperialismo tampouco se desvanece ante as divagações de dois filósofos extraviados nos estéreis labirintos do niilismo pós-moderno (Boron, 2002).

O anterior é particularmente preocupante quando se descobre que nossos autores parecem não ter a menor consciência da continuidade fundamental que existe entre a supostamente “nova” lógica global do império e a que presidia seu funcionamento em tempos passados. Não só a lógica exploradora e predatória; também a permanente e implacável sucção de excedentes a partir da periferia assim como a continuidade dos atores fundamentais do sistema imperialista, suas instituições, normas e procedimentos. De fato, os atores estratégicos são os mesmos: os grandes monopólios –transnacionais por seu alcance e pela escala de suas operações– mas inocultavelmente “nacionais” quando se observa a origem de sua propriedade, o destino de seus lucros, os marcos jurídicos elegidos para dirimir controvérsias e a composição de seu elenco diretivo. Como no passado, outros atores cruciais do “novo imperialismo” são os governos e os estados dos países industrializados, prematuramente declarados mortos por nossos autores e, em que pese tal declaratória, continuam sendo os administradores imperiais em favor do capital mais concentrado. Ignora-se também em suas análises que as instituições decisivas que regulam os fluxos da economia mundial prosseguem sendo as que marcaram de forma ominosa a fase imperialista que eles já dão por terminada, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e outras do estilo; e que as regras do jogo do sistema internacional continuam sendo as do neoliberalismo global, ditadas principalmente pelos Estados Unidos e impostas coercitivamente durante o apogeu da contra revolução neoliberal dos anos oitenta e

começo dos noventa<sup>98</sup>. Por seu desenho, propósito e funções, estas regras do jogo não fazem outra coisa a não ser reproduzir incessantemente a velha estrutura imperialista sob uma roupagem renovada. Estaríamos muito mais próximos da verdade se, parafraseando Lênin, disséssemos que o império é a “etapa superior” do imperialismo e nada mais. Sua lógica de funcionamento é a mesma, como iguais são a ideologia que justifica sua existência, os atores que a dinamizam e os injustos resultados que revelam a pertinaz persistência das relações de opressão e exploração.

Uma concepção equivocada do estado e da soberania no capitalismo contemporâneo

Um dos problemas mais graves que enfrenta o marco teórico que oferecem Hardt e Negri e, mais geralmente, os distintos teóricos da globalização, são consequência de seus sérios erros de apreciação do fenômeno estatal nos capitalismos contemporâneos. Segundo nossos autores, hoje as grandes companhias transnacionais superaram a jurisdição e a autoridade dos estados-nação. O tom jubiloso com que celebram a suposta desapareição destes últimos e o triunfo dos grandes monopólios é assombroso, sobretudo se se recorda a reiterada autoprocamação de fé comunista que permeia ao longo de toda sua obra: “são as grandes empresas que hoje governam a Terra” (Hardt e Negri, 2002: 283).

Crucial a esta suposta “derrota” do estado é a presunção de que as chamadas empresas transnacionais carecem por completo de uma base nacional. Hardt e Negri confundem o alcance das operações de uma empresa com sua natureza como agente econômico. Deslumbrados pela expansão de Mcdonalds até cobrir os mais distantes rincões do planeta inferem que essa empresa, como todas as de seu tipo, autonomizaram-se por completo de sua base nacional. Mas o capital concentrado e seus gerentes não são tontos: 96% das duzentas megacorporações que prevalecem nos mercados mundiais têm suas casas matrizes em oito países do mundo desenvolvido, estão legalmente inscritas nos registros de sociedades anônimas desses mesmos oito países, encontram-se adequadamente protegidas pelas leis e pelos juízes de “seus estados” de origem, e seus diretórios têm suas sedes nos mesmos oito países do capitalismo metropolitano. Para despejar as dúvidas que pudessem restar, tenha-se em conta que menos de 2% dos membros de seus diretórios são estrangeiros,

---

<sup>98</sup> Tal como o recordara o economista J. Schott em sua audiência perante um subcomitê do Congresso dos Estados Unidos (Schott, 1997), no marco da ALCA ou de qualquer tratado bilateral de “livre comércio”, os países da América Latina simplesmente terão de adequar sua legislação à “nossa.” A “nossa”, é claro, é a dos Estados Unidos. Por isso, este autor fala de “liberalização assimétrica” para referir-se a estes processos.

enquanto que mais de 85% de todos os desenvolvimentos tecnológicos das firmas originam-se dentro de suas “fronteiras nacionais”. Se bem que estas corporações têm um alcance global, sua propriedade, por mais dispersa que se ache, tem uma clara base nacional. Ainda mais importante: seus lucros fluem de todo o mundo para o país no qual se encontra sua casa matriz, e os créditos necessários para financiar suas operações mundiais são obtidos por suas casas centrais nos bancos de sua sede nacional com taxas de juros impossíveis de serem encontradas nos capitalismo periféricos, com o qual podem deslocar facilmente seus competidores. Em suma: em que pese ao afirmado pelos autores de *Império*, as grandes empresas continuam sendo empresas nacionais, e o respaldo de seus respectivos estados-nação continua sendo absolutamente essencial em sua equação de competitividade. Como consequência, os estados continuam sendo atores cruciais da economia mundial.

Devido à destorcida caracterização dos monopólios, não surpreende que os teóricos do “Império sem imperialismo” façam suas as colocações ortodoxas dos neoliberais e apontem, temerariamente, que “a decadência do estado-nação é um processo estrutural e irreversível” (Hardt e Negri, 2002: 308). O raciocínio que propõem é o seguinte: dado que a globalização da produção e da circulação de mercadorias ocasionou a progressiva perda de eficácia e efetividade das estruturas políticas e jurídicas nacionais, impotentes para controlar atores, processos e mecanismos que excediam em grande medida suas possibilidades e que lançavam seus jogos em um tabuleiro alheio às fronteiras nacionais, não teria sentido algum tratar de ressuscitar o morto estado-nação. No entanto, toda a evidência que aportam os estudos sobre o capitalismo contemporâneo desmente taxativamente esta interpretação.

Por último, e à luz das reflexões anteriores: o que podemos dizer da soberania nacional? O que fica desse princípio constitutivo do sistema interestatal pós-westfaliano? Diluiu-se irreparavelmente a soberania nacional, socavada irreparavelmente pelas forças da globalização? A resposta é sim e não. Sim, porque sem dúvida alguma a soberania nacional dos estados da periferia foi lesionada consideravelmente. Os países da América Latina, para dar um exemplo próximo, possuem hoje estados nacionais muito mais débeis que antes, com menores capacidades de autodeterminação, e reduzidas capacidades de intervenção e regulação na esfera do mercado. Isso, longe de ser um “produto natural”, foi o resultado das políticas neoliberais promovidas pelos governos dos capitalismos metropolitanos para facilitar os negócios de “suas” empresas e a sucção de superlucros extraídos da periferia do sistema. Porém, outra coisa ocorreu no mundo desenvolvido, no qual não é certo que a

soberania nacional tenha se ressentido. O que se observa é um reforço, ainda que de distinto tipo. Nos Estados Unidos, a presença do estado foi reforçada consideravelmente a partir do fim da Guerra fria e da implosão da União Soviética. Essa tendência se agravou extraordinariamente depois do 11 de setembro de 2001, quando o crescimento das funções de vigilância, monitoramento e controle estatal adquiriram proporções inéditas na história norte-americana e que fazem cair por terra os restos da tradição liberal tantas vezes retoricamente aludida no discurso público oficial de Washington. Por outro lado, e em consonância com o que mostrava Noam Chomsky em diversas intervenções, se há um país no mundo que exerce uma soberania nacional quase absoluta, esse não é outro que não os Estados Unidos. A decisão de arrasar terceiros países sem contar com sequer uma mínima cobertura formal das Nações Unidas ou da OTAN é uma prova concludente a respeito.

Poderia aduzir-se que o anterior não é válido tão-somente para Estados Unidos. Na realidade, a soberania estatal também foi reforçada na Europa. Claro que não sempre e/ou necessariamente no nível dos estados pré-existentes, mas sim no nível da União Européia, onde as prerrogativas e jurisdições que se foram concentrando em Bruxelas não têm precedentes na história européia. O que se produziu no Velho Continente é a transferência de soberania para uma organização política supranacional mais inclusiva, representada pela União Européia, em um processo similar –embora não idêntico– ao que em seu momento teve lugar nos Estados Unidos com o federalismo e o surgimento de um poderoso centro de decisão política em Washington, às custas das atribuições e prerrogativas dos estados. Pode ser que hoje Alemanha ou França tenham menos atribuições estatais que nos anos do imediato pós-guerra, mas sua projeção atual, em Bruxelas, é muito mais poderosa e influente do que as que qualquer estado europeu teve, em sua individualidade, no passado.

Imperialismo e, crise ou recomposição da hegemonia norte-americana?

Não gostaria de encerrar este artigo sem aludir a um debate de crescente importância em nossa região, centrado em uma discussão acerca de se a atual situação internacional revela um fortalecimento ou um debilitamento da hegemonia norte-americana.

O imperialismo hoje, seja qual for seu nome, se “Império” para Hardt e Negri, ou “imperialismo” sem adjetivos nem eufemismos que dissimulem sua essência, deu mostras de uma extraordinária agressividade. Este, por outro lado, cresceu em proporção a sua desorbitada e insaciável voracidade que já não repara em limite algum, sejam estes de caráter

social, ecológico, jurídico ou militar. Cem mil mortos por dia devido à fome ou a enfermidades perfeitamente passíveis de prevenção e cura é a cifra que, segundo o PNUD, custa sustentar a globalização neoliberal; e a acelerada destruição de bosques e florestas, assim como a contaminação do ar e da água e o esgotamento de estratégicos recursos não-renováveis constituem o saldo negativo do ecocídio que requer o capitalismo contemporâneo. A ordem jurídica internacional, laboriosamente construída depois da Segunda Guerra Mundial jaz despedaçada ante a prepotência imperialista, e a militarização da cena internacional preanunciam novos e mais letais conflitos. Este é o necessário pano de fundo de qualquer discussão séria sobre o tema do imperialismo hoje.

Parece-nos necessário mencionar que a imagem que projetam muitas das teorizações correntes sobre o imperialismo, sobretudo as que se gestam nos Estados Unidos e entre as quais ainda as supostamente de esquerda não são a exceção, é a de uma construção histórica, econômica e social onipotente e invencível, um poder esmagador de um poderio sobre-humano que o converte em um inimigo inexpugnável e por isso mesmo imbatível. Em uma passagem reveladora desta condição derrotista Hardt e Negri recordam (em um tom que não pode senão suscitar o desalento e a desmobilização de seus leitores) que Washington possui a bomba, Nova Iorque o dólar, e Los Angeles a linguagem e a comunicação, isto é, que os Estados Unidos, como centro imperialista, controlam a força, o dinheiro e a cultura e a linguagem. Uma visão tão exagerada do poderio do imperialismo se alija da realidade na medida em que ignora as derrotas que sofreu o imperialismo em e que a resistência dos povos, de Vietnam a Cuba, passando por muitas outras situações nacionais, foi capaz de pôr limites a muitos de seus projetos. O atual refluxo das políticas neoliberais na América Latina, por exemplo, seria incompreensível à luz desta visão do imperialismo, como também o seria a sucessão de derrotas políticas que sofreu e que obriga a seus administradores globais – cúpulas da OMC, assembléias do BM e o FMI, Davos, etc.– a reunir-se em cidades remotas ou inacessíveis para evitar as grandes manifestações de repúdio que suscita sua presença. Creio que este tipo de interpretações cumpre, em que pese aos manifestos propósitos de seus promotores, uma função desmobilizadora e de desarme ideológico e político. De fato, ante um inimigo tão absoluto e todo-poderoso, a única coisa que se pode fazer é evitar a batalha, aceitar resignadamente o suposto veredicto da história e buscar consolação, como fazem Hardt e Negri, imprimindo fórmulas piedosas que sublinham a natureza supostamente benevolente do novo monstro imperial.

Não é demais recordar que esta visão, paralisante pela onipotência atribuída ao império, é a que cultivam com cuidado seus grandes mandarins. Vejamos o que, por exemplo, nos diz Zbigniew Brzezinski em seu livro *The Grand Chessboard*:

Em resumo, *os Estados Unidos têm a supremacia nos quatro âmbitos decisivos do poder global*: no militar, seu alcance global é inigualável; no econômico, continuam sendo a principal locomotiva do crescimento global, pese a que em alguns aspectos Japão e Alemanha (que não desfrutam do resto dos atributos do poder global) se aproximam; no tecnológico, mantêm uma posição de liderança global nos setores de ponta da inovação; e no cultural, em que pese a certo grau de rusticidade, desfrutam de um atrativo que não tem rival, especialmente entre a juventude mundial. Tudo isso dá aos Estados Unidos uma influência política de que nenhum outro Estado se aproxima. *A combinação dos quatro âmbitos é o que faz dos Estados Unidos a única superpotência global extensa* (Brzezinski: 1998: 33)

Todo o anterior sugere a necessidade de distinguir entre hegemonia e dominação imperialistas. Não são a mesma coisa, e convém neste ponto não esquecer as penetrantes elaborações gramscianas referentes a situações nacionais mais pertinentes também para as análises na escala supranacional. De fato, o que significa “hegemonia” neste contexto global? Trata-se de um conceito multidimensional: em primeiro lugar, significa uma “direção intelectual e moral”, um verdadeiro “sentido comum” civilizatório que reverbera e se dissemina por todos os rincões do sistema hegemônico e impregna a ideologia e a cultura das sociedades nacionais ao longo do planeta. É nesta primeira dimensão na qual se estabelece o núcleo ideológico essencial que identifica a um sistema hegemônico. No caso da *pax americana*, esta contemplava o *laissez-faire*, o anticomunismo e todo esse conjunto de crenças, normas e atitudes que Immanuel Wallerstein (1994) englobara sob a categoria de “liberalismo global”. Mediante elas, propicia-se o livre fluxo de fatores produtivos –e muito especialmente dos capitais e das matérias primas, não assim da força de trabalho, cuja imobilidade garante abundantes lucros– e o rechaço retórico, mais no real, do protecionismo e do mercantilismo. Cabe ressaltar que estas condições reproduzem o primado da potência hegemônica e suas empresas ao consagrar uma sorte de “livre jogo das forças do mercado” que as beneficia abrumadoramente. Esta capacidade de direção ideológica é um componente essencial da hegemonia internacional –o foi também

durante o período, mais longo, da *pax britânica*– e, se nos remetemos ao exame do mundo do pós-guerra, comprovamos que a reafirmação da supremacia norte-americana significou, simultaneamente, a universalização do *American way of life* como modelo ideal de sociedade, consagrado tanto pelo cinema, pela televisão, os *mass-media* e pelas ciências sociais norte-americanas, e como a ideologia global compartilhada, em maior ou menor medida, pelos atores privados e públicos que formavam parte de seu império. Isto incluía desde a crença na bondade congênita dos mercados e a iniciativa privada até a difusão universal dos *blue jeans* e um tipo de música cultivado pelos jovens brancos, não os negros, o *rock*, passando pelo *fast-food* e pela crença no destino manifesto que consagrava os Estados Unidos como a terra da liberdade e como a sociedade profética e messiânica a quem Deus havia encomendado a tarefa de semear a liberdade e a democracia por todo o mundo. Em conseqüência, a superioridade americana era vista como um desenlace “natural”, produto da “verdade efetiva das coisas”, e os conflitos e tensões que o predomínio norte-americano ocasionava no sistema internacional foram por isso mesmo concebidas como produto da resistência de certas nações; e seus líderes, a admitir a inexorável realidade da hegemonia estadunidense. A tal ponto que a modernização e o desenvolvimento econômico foram concebidos como as manifestações externas de um processo de “americanização”: imitar o “modelo” dos Estados Unidos era, neste denso entremeado ideológico, o caminho seguro pelo qual as arcaicas sociedades da periferia poderiam superar seu atraso secular. A história das ciências sociais na década dos cinquenta e sessenta são, em boa medida, a crônica do apogeu e o derrocada dessa ilusão.

Um segundo componente da hegemonia é constituído pela direção política, isto é, pela capacidade da potência hegemônica em assegurar a obediência e disciplina dentro do conjunto de nações integradas na sua órbita de influência e para prevalecer frente a seus adversários. Em outras palavras, a dominação puramente ideológica é insustentável à margem da capacidade do hegemom de tecer alianças e coalizões, articulando uma rede internacional que assegure o cumprimento dos projetos estratégicos globais daquela ou, ao menos, o enquadramento dos aliados dentro de limites toleráveis para suas políticas, e sem que os estados “clientes” –ou os *junior partners*– possam exercer um veto efetivo contra a primeira. Um terceiro componente, tão intimamente relacionado com a direção política que praticamente se sobrepõe a ela, é constituído pela capacidade coativa da qual dispõe a potência hegemônica: não há hegemonia viável sem uma esmagadora superioridade no

terreno militar. Valem aqui as agudas observações de Maquiavel sobre a astúcia e a força no manejo dos estados. O príncipe que somente pode apelar, como as raposas, à sua astúcia dificilmente consegue manter-se no poder por muito tempo; mas se equivoca aquele que pensa que, atuando com a força do leão, garante sua permanência no poder. Requer-se, pelo contrário, uma combinação –variável segundo as circunstâncias– de uma e outra. Daí que a manhosa manipulação de alianças e coalizões não baste para preservar a hegemonia imperial. Se bem que esta não supõe a contínua atualização do predomínio da superpotência no plano da força; sem a ameaça certa de sua possível aplicação não há hegemonia possível.

Nesse sentido, cabe observar que a relação entre direção ideológica e política, por um lado, e da força pelo outro, assemelha-se à que existe entre coerção e consenso no estado moderno. Ou, para dizê-lo empregando a feliz metáfora concebida por Karl Deutsch, assemelha-se à existente entre o ouro e o papel moeda. Em épocas normais, o montante de dinheiro circulante em uma economia é uma proporção muito superior ao respaldo áureo que o sustenta (Deutsch, 1966: 120-124). Analogamente, a capacidade de encontrar obediência no sistema internacional é várias vezes superior à capacidade coercitiva da potência hegemônica. Se esta tivesse de referendar sua superioridade com uma demonstração de força em cada um de seus atos, suas margens reais de atuação se veriam francamente prejudicadas. Por isso, é muito conveniente estabelecer uma distinção entre uma situação de hegemonia, historicamente observável em alguns períodos, de uma condição de “onipotência imperial”, cuja existência histórica é ainda muitíssimo mais limitada. Certamente não foi desta forma que funcionaram os sistemas hegemônicos conhecidos como a *pax britannica* ou a *pax americana*: sua hegemonia transcendia em muito seu potencial bélico, mesmo no caso americano. Entretanto, não se pode perder de vista que, igual ao dinheiro, um mínimo de capacidade coercitiva constitui um umbral irrenunciável para qualquer potência que tenha ambições hegemônicas. Assim, como o circulante é muito superior à reserva em ouro, sem um mínimo de respaldo em ouro o papel moeda envelhece e, rapidamente, é retirado do mercado.

Toda esta argumentação nos remete a uma verdadeira “precondição” da hegemonia: a superioridade no terreno econômico. Este é um assunto sobre o qual convém insistir, porque muitas vezes o passamos alegremente por alto. Não se pode ser o hegemônico do sistema sem ser, ao mesmo tempo, a potência econômica integradora do conjunto do mercado mundial. Quando se falava da “hegemonia soviética” muitos autores desprezavam estas

elementares precauções conceituais, reduzindo desse modo a questão da hegemonia a sua dimensão estritamente militar, o qual desnaturalizava o verdadeiro significado do conceito. O estrepitoso colapso da antiga União Soviética demonstra taxativamente os limites de uma superpotência nuclear incapaz de absorver as profundas modificações produzidas pela revolução científico-tecnológica e de organizar conseqüentemente sua estrutura produtiva. Por isso um autor como Robert W. Cox insiste tanto –e, a nosso ver, com inteira razão– em conceber a hegemonia como um “ajuste entre o poder material, a ideologia e as instituições” que prevalecem no sistema mundial (Cox, 1986: 225). Na mesma linha situam-se as análises de Immanuel Wallerstein ao demonstrar convincentemente que, para que uma nação seja hegemônica, requer-se que suas empresas sejam melhores, mais eficientes e competitivas no plano da produção agroindustrial, no comércio internacional e nas finanças mundiais. Esta condição, sumamente restritiva, implica não somente que as empresas da potência hegemônica sejam capazes de derrotar as de seus rivais nos “terrenos neutros” do mercado mundial, mas também nos mercados domésticos das potências competidoras (Wallerstein, 1984: 38-39). Obviamente não poderemos reduzir a questão da hegemonia exclusivamente à superioridade econômica de uma potência; mas tampouco a seu predomínio militar. Mas ambas as coisas: sólido fundamento material e capacidade coercitiva constituem condições necessárias –embora não suficientes– da hegemonia.

Em um agudo trabalho escrito há alguns anos, o internacionalista mexicano Carlos Rico aconselhava discriminar entre o que ele denominara capacidade, vontade e tentação hegemônicas. A primeira dimensão tem relação com o conjunto de fatores que configuram o “poder real” de uma potência, isto é, sua capacidade para modelar o sistema internacional e suas instituições e práticas fundamentais em consonância com seus interesses. Isso remete não somente aos recursos econômicos, mas também aos de outro tipo: políticos, ideológicos, institucionais, legais, diplomáticos e militares. Em segundo lugar, achamos a vontade hegemônica, isto é, o ato volitivo pelo qual as classes dominantes de um país –supostamente dotado dos recursos que o habilitariam em princípio para “poder” reestruturar o sistema internacional– “quer” efetivamente envolver-se em uma empresa desse gênero. Finalmente, temos a tentação hegemônica estimulada pela existência de discursos, projetos e desígnios que percebem o mundo como “maduro” para fundar uma nova hegemonia –neste caso, uma nova Ordem Mundial ou o delírio imperialista dos gestores neoconservadores do projeto do “Novo Século Americano”– e um país dado como já preparado para oferecê-la. Se

analísassemos o acontecido nos últimos anos, diríamos que os Estados Unidos, ainda que “quisessem” ou “estivessem tentados”, já não dispõem do conjunto de capacidades necessárias para retomar seu papel de hegemônico mundial ou para cumprir os duvidosos papéis do trabalhador social ou o *sheriff* do mundo (Rico, 1985: 37-57)<sup>99</sup>.

Em um trabalho recente, Joseph Nye Jr. sustentava, a partir de uma perspectiva teórica parcialmente coincidente com a nossa, que a política mundial não pode ser entendida a partir do modelo do tabuleiro de xadrez. O que diz Nye Jr. é que, em realidade, na política internacional há três tabuleiros superpostos nos quais se jogam simultaneamente diversas partidas (Nye Jr., 2003). No tabuleiro “acima”, o militar, *ultima ratio* do imperialismo, a superioridade norte-americana é abrumadora. Esse é, exclusivamente, o terreno do unipolarismo e sobre esta realidade apóiam-se a maioria das análises. Contudo, não poderíamos deixar de corrigir o argumento de Nye Jr. e dizer que, no que tange a isso, a superpotência deixou de ser invulnerável, como o provam os atentados de 11 de setembro de 2001, e que seu enorme potencial bélico não lhe permite “resolver” situações militares a sua vontade. Pode destruir um inimigo, como o fez no Afeganistão e Iraque, mas não pode “ganhar a guerra”, se é que por isso se entende o estabelecimento de uma nova ordem pós-bélica estável, previsível e congruente com seus interesses fundamentais. Mas no tabuleiro intermediário, que é aquele no qual se jogam as relações econômicas internacionais, o unipolarismo que Estados Unidos detêm no terreno militar se reduz consideravelmente. De fato, Washington não pode obter os resultados que deseja, em questões tão sensíveis como comércio internacional, monopólios, sistema financeiro, meio ambiente, migrações sem trabalhosos e frágeis acordos com os outros membros da tríade metropolitana, a União Européia e Japão, e sem certa aquiescência de alguns dos mais importantes países do Terceiro Mundo. Neste terreno, conclui Nye Jr., a distribuição do poder mundial é claramente multipolar. No “tabuleiro inferior”, o dos assuntos transnacionais, joga um complexo conjunto de sujeitos no qual, além dos estados nacionais, encontram-se numerosos atores não governamentais. Neste tabuleiro o poder está ainda muito mais repartido entre sujeitos de distintos tipos, alguns de alcance global e outros de influência regional, e que

---

<sup>99</sup> O livro no qual se recopila o trabalho de Rico, organizado por Luis Maira no marco de um fecundo projeto regional, lamentavelmente descontinuado, o *Programa de Estudios Conjuntos sobre las Relaciones Internacionales de América Latina* (RIAL), criado e dirigido por Luciano Tomassini, continua sendo, ainda hoje, vinte anos depois de sua publicação, um dos textos mais sugestivos e penetrantes para o estudo da hegemonia norte-americana e, mais amplamente, da problemática da hegemonia em geral.

descansam sobre sua capacidade para mobilizar recursos diferentes, desde econômicos até simbólicos, passando por ampla gama de situações intermediárias. Neste espaço qualquer discurso de unipolarismo carece por completo de sentido. E ainda muito mais perigosa é a confusão que se origina quando alguns atores do complexo jogo internacional não se dão conta de que o jogo é tridimensional, e que o resultado da partida não se decide tão-somente no tabuleiro superior, esse que mostra a incontestável superioridade norte-americana, mas sim na complexa articulação do conjunto dos tabuleiros nos quais se jogam partidas simultâneas cujos resultados estão muito longe de estar predeterminados.

Concluimos, então, estas reflexões sobre o imperialismo com a seguinte recapitulação.

- O imperialismo norte-americano potencializou seu predomínio sobre certas arenas cruciais do sistema internacional, como a militar, até um ponto no qual não há precedentes na história. Mas isso não lhe assegura a criação de uma “ordem” internacional previsível e estável.

- Por sua vez, acentuou seu controle na esfera da economia internacional, mas o conseguiu à custa de exacerbar extraordinariamente suas contradições que, já no curto prazo, constituem-se como obstáculos formidáveis à suas políticas. O fracasso da reunião da OMC em Cancun, um tropeço a mais em uma longa lista de frustrações, é apenas uma amostra do que vimos dizendo.

- O imperialismo enfrenta-se com crescentes dificuldades políticas, tanto em suas relações com o Sul marginalizado e excluído mas em processo de crescente ativação e resistência – ainda que em grau desigual segundo as regiões do mundo – como no tocante à necessária harmonização de suas políticas com os outros expoentes do capitalismo metropolitano, principalmente a União Européia e Japão.

- No terreno ideológico, enfrenta-se um rápido deterioramento de sua capacidade para ser percebido, como antes, em sua época de ouro, como a “vanguarda intelectual e moral” da civilização. O célebre *American way of life* sofreu um fenomenal desprestígio, tanto dentro como fora dos Estados Unidos, e isso fere sua capacidade de comando internacional.

Em poucas palavras, parece-nos que, em lugar de falar de “hegemonia” norte-americana ou “hegemonia imperial”, devemos falar pura e simplesmente de “dominação” norte-americana, entendendo por esta a capacidade de aplicar unilateralmente a força, nada mais, criando uma situação internacional crescentemente instável e potencialmente explosiva

que acrescenta o poderio do que Wallerstein denomina de “forças e movimentos anti-sistêmicos”.

## Bibliografia

- Boron, Atilio A. 2002 *Imperio & Imperialismo. Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri* (Buenos Aires: CLACSO).
- Brzezinski, Zbigniew 1998 *El Gran Tablero Mundial: la superioridad norteamericana y los imperativos geoestratégicos* (Buenos Aires: Paidós).
- Cocco, Giuseppe e Antonio Negri 2006 *GlobAL. Biopoder y luchas en una América latina globalizada* (Buenos Aires: Paidós)
- Cox, Robert 1986 “Social forces, states and world orders: beyond international relations theory” em Robert O. Keohane (org.) *Neorealism and its critics* (Nova Iorque: Columbia University Press).
- Deutsch, Karl 1966 *The Nerves of Government* (Nova Iorque: The Free Press).
- Fernández Retamar, Roberto 2004 *Todo Caliban* (Buenos Aires: CLACSO).
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2002 *Imperio* (Buenos Aires: Paidós).
- Houtart, François 2005 “Why Should Small Rice Farmers in Sri Lanka Disappear?” em Boron, Atilio. A. e Lechini, Gladys (orgs.) *Politics and Social Movements in a Hegemonic World. Lessons from Africa, Asia and Latin America* (Buenos Aires: CLACSO).
- Meiksins Wood, Ellen 2003 *Empire of Capital* (Londres: Verso).
- Nye Jr, Joseph 2003 “U.S. Power and Strategy After Iraq” em *Foreign Affairs* (Nova Iorque) julho-agosto.
- Panitch, Leo e Gidin, Sam 2004 “Capitalismo global e imperio norteamericano” em *Socialist Register 2004* (Buenos Aires: CLACSO).
- Panitch, Leo e Gidin, Sam 2005 “Las finanzas y el imperio norteamericano” em *Socialist Register 2005* (Buenos Aires: CLACSO).
- Prabhat Patnaik 1990 “Whatever Happened to Imperialism?” em *Monthly Review* (Nova Iorque) Vol. 42, Nº 6, novembro.
- Rico, Carlos 1986 “Crisis ¿y recomposición? de la hegemonía norteamericana. Algunas reflexiones en torno a la coyuntura internacional en la segunda mitad de los ochentas” em Mairca, Luis (org.) *El sistema internacional y América Latina. ¿Una nueva era de hegemonía norteamericana?* (Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano).

- Schott, Jeffrey J. 1997 “Audiência ante o Subcomitê de Comércio da Câmara de Representantes do Congresso dos Estados Unidos”, 22 de julho, mimeo.
- Wallerstein, Emmanuel 2005 “La reelección de Bush y sus implicancias para Estados Unidos y el mundo” em *OSAL* (Buenos Aires) N° 15 setembro-dezembro.
- Wallerstein, Immanuel 1984 *The politics of the world-economy. The states, the movements and the civilizations* (Cambridge: Cambridge University Press).